

“HOJE EU TENHO SANGUE NA VEIA”: RESISTÊNCIA KALUNGA FRENTE ÀS LACUNAS INSTITUCIONAIS

Mariana Conceição Corte Real¹ 

Siegrid Guillaumon Dechand² 

Jorge Luis Triana Riveros³ 

DOI: 10.29327/2282886.9.1-21

Introdução

A escravidão no Brasil tem raízes profundas no processo de colonização portuguesa iniciado no século XVI e deixou marcas estruturais que ainda reverberam na sociedade contemporânea. O tráfico transatlântico forçou a vinda de mais de oito milhões de africanos sequestrados, sobretudo da África Ocidental, dos quais apenas 39% sobreviveram à travessia, e cerca da metade desses pereceu nos primeiros quatro anos em solo brasileiro, submetidos a condições extremas de violência e insalubridade (Pinsky, 2012). Essa prática esteve alicerçada na lógica da supremacia branca europeia, que legitimou a exploração e a desumanização de povos africanos ao longo de séculos. Ainda hoje, em diferentes regiões do mundo, persistem formas modernas de escravidão, como o trabalho infantil e a troca de comida por trabalho, que revelam a continuidade de estruturas de exploração herdadas desse passado (Braga, 2019).

A escravidão foi justificada pela ideologia europeia difundida na época, que consistia na crença de que o europeu é superior às demais etnias, pensamento esse que abriu precedentes para o extermínio e a dominação de outros povos, ao que se ligam os negros e os indígenas (Braga, 2019, p. 12).

Assim, os escravizados sobreviventes da travessia do Atlântico, quando aportavam no Brasil, eram vendidos como mercadorias e distribuídos para diferentes regiões do país para serem explorados em trabalhos forçados. Portanto, é importante destacar que, ao contrário do que o imaginário social sugere, os escravizados não se submeteram de forma dócil e pacífica aos desejos do opressor. Prova disso são os severos castigos, torturas e humilhações que sofreram por seus atos de "rebeldia". Uma evidência dessa falsa ideia de submissão é o uso generalizado do termo "escravo", que transmite uma noção de passividade e subserviência. Para evitar perpetuar

¹ Bacharel em Administração pela Universidade de Brasília (UnB). Correio Eletrônico: maricortereal@gmail.com.

² Professora do Departamento de Administração da Universidade de Brasília (UnB). Pós-doutora pela Universidad Nacional del Litoral (Argentina). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9781570230887166>. Correio Eletrônico: siegrid@unb.br.

³ Professor do Departamento de Administração da Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4993690941475419>. Correio Eletrônico: jorge.riveros@unb.br.

essa ideia, adotaremos neste estudo a terminologia "escravizados". Esta denominação, em nossa opinião, confere um caráter de luta ativa contra a dominação colonial perversa. É nesse movimento de contestação e resistência que surgem os quilombolas que eram formados por escravizados que conseguiam escapar das senzalas ou cativeiros, os quilombolas deslocavam-se para regiões de difícil acesso, onde se organizavam em comunidades. A organização dessas comunidades livres contribui para a manutenção de suas tradições, religiões, culinárias, dialetos, agricultura e expressões culturais, embora sempre sob a ameaça de expedições destruidoras do poder senhorial (Braga, 2019).

Etimologicamente, a palavra "quilombo" significa "lugar de parada", um local provisório utilizado durante o percurso de fuga como resposta à inconformidade de permanecer escravizado. Por outro lado, a palavra "Kalunga" significa "lugar sagrado" (Braga, 2019) e, para os povos bantu, também representa a divindade suprema ou criador único (Munanga, 1996). A dimensão filosófica e espiritual que permeia o conceito de Kalunga é aprofundado por Nascimento (1985) que propõe uma leitura do quilombo como "território de ancestralidade", onde a resistência se configura não apenas em termos políticos, mas como afirmação de uma episteme negra própria, pautada na oralidade, na memória e na coletividade. Já Fu-Kiau (1991), em sua obra *Self-Healing Power and Therapy: Old Teachings from Africa*, concebe Kalunga como uma força vital cósmica que estrutura a vida e a morte em uma visão cíclica do mundo, presente nas tradições bantu, o que amplia significativamente a compreensão desse conceito nos contextos afrodiaspóricos. Além disso, a perspectiva de Baiocchi (199) sobre o território Kalunga contribui para a leitura desse espaço como locus de pertencimento identitário e espiritual, onde a terra não é apenas base material de sobrevivência, mas parte constituinte da cosmovisão e da luta por continuidade histórica dos kalungas.

A história da comunidade do quilombo Kalunga está relacionada ao ciclo do ouro, mas abrigava não apenas escravizados fugidos da mineração, senão os que vinham da região nordeste do Brasil em busca de um refúgio suficientemente longe dos centros administrativos e das forças militares (Fernandes, 2015). No entanto, as terras escolhidas como paragem para os Kalungas nos vãos do norte goiano já eram habitadas por populações indígenas que migraram do litoral para igualmente buscar refúgio, dando origem a formas de convivência e intercâmbio cultural que marcaram a identidade dessas comunidades.

Em 2001, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, conhecida como Conferência de Durban, na África do Sul. O evento culminou com a aprovação de uma Declaração reconhecendo a escravidão e o "tráfico de escravizados como crimes contra a humanidade e tragédias históricas incluindo pedidos de desculpas aos africanos, afrodescendentes e indígenas, além de apoiar a criação de fundos e programas de ajuda aos países que foram vítimas do colonialismo e da escravidão" (Cfemea, 2001, p. 6).

No Brasil, evidenciam-se omissões na formulação de políticas reparatórias capazes de enfrentar de modo efetivo as mazelas históricas da escravidão. Com o advento da globalização e o



crescente interesse pela cultura popular, por que os conhecimentos desses povos continuam sendo ignorados ou desprezados? Como a sociedade tem se apropriado (ou não) dessas riquezas culturais para construir uma sociedade mais rica e plural? Embora tenham se passado mais de cem anos desde a abolição da escravidão, até que ponto as relações de dominação se perpetuam nas interações sociais entre quilombolas e homens brancos? O que essas populações têm a dizer sobre essa questão? Quais são as lacunas institucionais identificadas ao ouvir a voz da população Kalunga? O objetivo deste estudo teórico-empírico, de natureza qualitativa é, portanto, identificar esses problemas a partir das narrativas da população Kalunga.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Políticas públicas

Um conceito suficientemente abrangente para a política pública é de que se trata de "uma decisão ou um grupo de decisões - explícitas ou implícitas - que pode estabelecer as diretrizes para a ação presente, para orientar decisões futuras ou para iniciar uma ação" (Matus, 1996, *apud* Queiroz, 2012, p. 96). Segundo Rodrigues (2015, p. 18-19), políticas públicas são "a intervenção do estado no ordenamento da sociedade por meio de ações jurídicas, sociais, e administrativas, sendo que as ações da administração pública se reportam também às atividades de auxílio imediato no exercício do governo". Portanto, "a intervenção do Estado no ordenamento da sociedade ocorre por meio de ações jurídicas, sociais e administrativas. As ações da administração pública incluem também atividades de auxílio imediato no exercício do governo" (Rodrigues, 2015, p. 18-19). Nesse contexto, a política pública é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade e tomam decisões coletivas que impactam toda a coletividade (Rodrigues, 2015).

2.2 Instituição

Lapassade contribui significativamente para a análise institucional ao utilizar a abordagem da filosofia política de Cornelius Castoriadis, especialmente no que diz respeito à dialética instituído-instituinte, onde define instituições como "formas", produtos históricos de uma sociedade instituinte que produzem e reproduzem as relações sociais, instrumentalizando-se em estabelecimentos e dispositivos (Rossi; Passos, 2014). Lapassade se apropria desse jogo constitutivo entre instituído (formas) e instituinte (processo) para analisar as situações de institucionalização presentes nas intervenções em organizações ou grupos (Rossi; Passos, 2014).

A grande importância desse conceito basal é a análise que provoca, quando se diferencia o conceito de instituição daqueles de organização e estabelecimento. Tanto as condições materiais do estabelecimento [...] (edificação), quanto o organograma ou fluxograma (regras de circulação e organização de pessoas e informações desse estabelecimento) não eram mais o espectro de análise pretendido [...] (Rossi; Passos, 2014, p. 5-6).



O conceito, portanto, diz respeito a uma realidade que cruza as organizações e estabelecimentos, sendo um emaranhado de forças (Rossi; Passos, 2014). Já para O'Donnell (1991), instituições são padrões regularizados de interação, conhecidos, praticados e aceitos regularmente por determinados agentes sociais. Em virtude dessas características, tais agentes esperam continuar interagindo, formal ou informalmente, sob as regras e normas incorporadas nesses padrões. Assim, a definição de Rodrigues (2015, p. 60-61) é de que, grosso modo, "as instituições são regras formais e informais que moldam o comportamento dos atores, redefinem suas alternativas políticas e mudam a posição relativa entre eles". Por fim, quando as instituições formais fazem diferença na formação ou representação de identidades e interesses coletivos, temos, de fato, a democracia (Rodrigues, 2015).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Este estudo tem estrutura teórico-empírica, natureza exploratória, qualitativa e perspectiva interpretativista. A escolha por essa perspectiva contra-hegemônica se dá por entender que a complexidade humana não pode ser reduzida a uma relação linear de causa e efeito (Conceição, 2021). Optou-se pela pesquisa qualitativa por sua abordagem indutiva, que busca compreender os significados e experiências de pessoas e grupos em contextos específicos. Além disso, sua flexibilidade e dinamismo permitem uma compreensão mais profunda e detalhada da realidade. Assim, os métodos de coleta de dados utilizados neste estudo foram a etnografia e a história de vida. A etnografia, adotada sob a perspectiva da etnometodologia, busca compreender como a ordem social é estabelecida por meio das ações cotidianas, a partir de uma visão fenomenológica da ação humana e da análise dos métodos que as pessoas empregam para construir sua realidade (Guillaumon, 2012). Já o método de história de vida foi aplicado por meio de entrevistas com os participantes do estudo.

Os participantes foram recrutados com base na estratégia bola de neve (Vinuto, 2014), isto é, um informante-chave (reconhecido como alguém ligado à história de Cavalcante) indicava outro participante, e assim por diante, formando-se uma cadeia de contatos. Assim, compuseram a amostra deste estudo três mulheres e um homem. Neste estudo etnográfico foram recolhidas informações em diário de campo e as entrevistas foram gravadas e transcritas. O nome dos participantes foi modificado para evitar a identificação. Para caracterizá-los no decorrer dos depoimentos serão utilizadas as nomenclaturas: Entrevistada 1, Entrevistada 2, Entrevistada 3 e Entrevistado 4.

O diário de campo consistiu em anotações livres realizadas sempre que a pesquisadora ia a campo ou quando surgia algum pensamento relacionado à pesquisa. Os registros priorizavam as impressões gerais da pesquisadora e sobretudo as reações de estranheza ou impacto diante de alguma situação específica. Essas informações foram valiosas, pois permitiram uma análise mais rica do contexto ao propiciar um constante exercício de reflexividade.

O método de história de vida integra a abordagem qualitativa; nesse processo, a relação entre o pesquisador e o narrador é crucial, baseada em um vínculo de confiança mútua construído



ao longo do tempo. Após a coleta das entrevistas, todo o material é transcrito, permitindo ao pesquisador realizar uma análise aprofundada (Nogueira *et al.*, 2017).

As entrevistas aconteceram em terras kalungas, na casa de chão batido e paredes de adobe dos moradores da comunidade. Esses espaços são expressões materiais de uma estética ancestral que resiste ao tempo e carrega sentidos profundos de pertencimento territorial, cultural e espiritual. O chão de terra batido, moldado por gerações, conecta os corpos ao território sagrado; as paredes de adobe, erguidas com saberes transmitidos oralmente, testemunham a permanência de modos de vida que desafiam a lógica da colonialidade. Cada elemento da arquitetura tradicional expressa não apenas funcionalidade, mas também uma cosmovisão que valoriza a comunhão com a terra, os vínculos comunitários e a ancestralidade como forma de existência e resistência. Em todas as conversas, procurou-se garantir que o encontro acontecesse em ambiente seguro, acolhedor e sem a interferência de terceiros.

Os dados qualitativos construídos na incursão etnográfica foram submetidos à análise temática. Os temas construídos derivam da interação entre as narrativas que os participantes produziram e o exercício de reflexividade da pesquisadora. A análise temática é um método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos, conforme Braun e Clarke (2006). As fases da análise temática são seis: 1) familiarização com os dados, 2) gerando códigos iniciais, 3) buscando temas, 4) revisando temas, 5) definindo e nomeando temas, e 6) produzindo o relatório (ver quadro 1).

Quadro 1 - Fases da Análise Temática

Fase	Descrição
1) Familiarização com os dados	Transcrever os dados e revisá-los; ler e reler o banco de dados; anotar ideias iniciais durante o processo.
2) Gerando códigos iniciais	Codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático em todo o banco; reunir extratos relevantes a cada código.
3) Buscando temas	Reunir os códigos em temas potenciais; unir todos os dados pertinentes a cada tema em potencial.
4) Revisando temas	Checar se os temas funcionam em relação aos extratos e ao banco de dados como um todo; gerar mapa temático da análise.
5) Definindo e nomeando temas	Refinar os detalhes de cada tema e a história que a análise conta; gerir definições e nomes claros a cada tema.
6) Produzindo o relatório	Fornecer exemplos vívidos; realizar a última análise dos extratos escolhidos na relação com a pergunta de pesquisa e literatura; fazer o relato científico da análise.

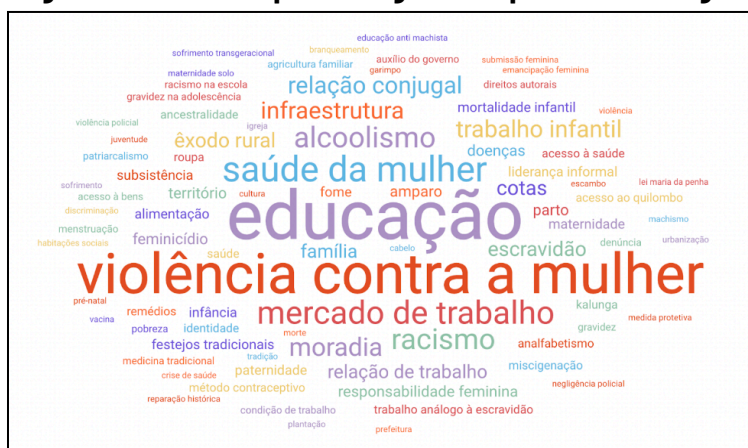
Fonte: Braun; Clarke, 2006, p. 87.

A análise das informações foi realizada com o auxílio do *software* MAXQDA, que ajudou a levantar os indicadores significativos gerados pelas informações coletadas nas entrevistas e nos registros de diário de campo. O *software* permite importar documentos a fim de codificá-los para análise (MAXQDA, 2021). Após transcrever e revisar as quatro entrevistas na íntegra, as informações foram colocadas no programa do MAXQDA para codificação. Ao final dessa etapa,



contabilizou-se um total de 90 códigos que estão representados na nuvem de palavras (Figura 1). Esses códigos foram reunidos em potenciais temas: estratégias de sobrevivência e bagagem cultural; relações raciais; integridade da mulher; educação e trabalho. A partir da revisão das temáticas, chegou-se a cinco categorias discutidas no capítulo de resultados e discussões.

Figura 1 - Nuvem de palavras gerada a partir dos códigos.



Fonte: elaborado pelos autores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os cinco temas que foram construídos com base no aglutinamento em torno dos respectivos códigos, e que tratam das lacunas institucionais identificadas nas narrativas.

4.1 “Não tem como esquecer de onde eu vim”: A constituição dos povos Kalungas

Historicamente, houve grande resistência dos escravizados durante o período da escravidão. Para sobreviver a uma sociedade violenta, eles não dependiam apenas da força física, mas também de recursos simbólicos, espirituais e psicológicos. Nesse processo, muitos desenvolveram estratégias diversas – ora de enfrentamento direto, ora de adaptação às rígidas hierarquias escravocratas – que iam desde pequenas práticas cotidianas de insubmissão até a formação de comunidades autônomas. Os quilombos, nesse sentido, constituíram-se como espaços de refúgio e resistência coletiva, geralmente habitados por escravizados fugitivos que se opunham ao sistema e à violência do trabalho forçado (Braga, 2019). As entrevistas narram histórias de ancestrais submetidos a esse regime: alguns conseguiram escapar e constituir novas formas de vida, enquanto outros, infelizmente, não tiveram a mesma sorte.

A minha tataravó, no caso, ela foi tentada a ser escravizada, e aí eles tentaram pegar ela no laço e não conseguiram. [...] Ela fugiu, porque sabia como é que funcionava o negócio da mata e foi. Aí depois de muito tempo que conseguiram achar ela, mas aí já tinha passado esse todo esse período aí de sofrimento (Entrevistada 2).

Os quilombos eram comunidades formadas por pessoas escravizadas que buscavam liberdade e autonomia, representando a luta e a resiliência dos negros por sua dignidade e



liberdade. Segundo De Paula e Nazário (2017, p. 14), "a comunidade Kalunga está relacionada à fuga do trabalho escravo imposto pelos bandeirantes que buscavam ouro e pedras preciosas na região".

Então, o L. A. M., que é da cadeia genealógica do meu pai. O que, até onde é que eu sei, ele era dono de sesmaria. Sesmaria era um pedaço – que a terra era da igreja, né? [...] Dava um pedaço de terra e o cara teria que dar pro senhor lá de Portugal lá, pra igreja, não sei se era a igreja católica, como é que era, né? Teria que [dar] era vinte arroba de ouro por ano, né? Aí, imagina quantas toneladas. Cê viu o buraco lá do... Cê viu a estrada que nós passamos hoje? Aquilo ali é aonde é que veio uma veia de ouro, entendeu? Eles pegavam o cascalho dali e levavam pro rio lá pra lavar. Se você for daqui pra outra cachoeira, tem os cacurute tudinho de terra em cima, né? (Entrevistado 4).

Paiva (2021) faz uma reflexão acerca do processo de esquecimento das raízes étnicas que conferem identidade à população negra. Ele destaca que a ênfase na monumentalização das referências à colonização europeia e ao comércio de escravos tende a exaltar a perspectiva dos colonizadores e exploradores, enquanto ignora ou minimiza a experiência e o sofrimento dos africanos escravizados. Isso significa que a história desses grupos é apagada ou não é devidamente valorizada e transmitida, levando a uma perda de conexão com suas raízes e à falta de reconhecimento tanto dos horrores e injustiças que seus antepassados enfrentaram.

Nesta sequência, o apagamento histórico dos escravizados tem um impacto perceptível nas questões identitárias até os dias de hoje e essa pendência não resolvida desde a época da escravidão gera uma confusão em relação à caracterização étnica das pessoas (Paiva, 2021). Assim, é necessário conhecer a identidade cultural e histórica desses grupos, que é plural e está em constante transformação; é a história de princesas e príncipes, rainhas e reis, cidadãos comuns, famílias e tribos inteiras que foram sequestradas, vendidas e obrigadas a viver em condições indignas e limítrofes de existência sub-humana. Resistiram, re-existiram e se reinventaram como se apresenta na entrevista 1.

Olha, nós foi criada assim, nós não foi criado como Kalunga, né? Porque lá pra nós não se trata kalunga, lá pros meus pais, né? Que meu pai é de Arraias e minha mãe é da cidade de Paranã, lá é Tocantins. [...] Lá não se trata kalungueiro, lá trata sertanejo. Então por isso que a gente não tinha negócio de kalungueiro não. Quando falaram o negócio de kalungueiro, era só o povo do Engenho, era o povo do Vão de Almas. Agora, que depois que o kalunga virou esse alarme, é que virou essa kalunguerada danada (Entrevistada 1).

No processo de formação dos quilombos, especificamente no caso dos Kalungas – concentrados na região noroeste do Estado de Goiás, nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás – sobressai um relevo de grandes variações de altitude, responsável por um clima diversificado. Cabe destacar ainda que os escravizados eram dispostos em acomodações precárias durante o período de cativeiro, sem proteção contra o frio ou as chuvas, como forma de opressão (Braga, 2019). Com a abolição, negros livres e libertos não tiveram qualquer tipo de amparo, ainda mais ao considerarmos que a forma como muitos deles chegaram aos quilombos era em tentativas de fugas, isto enxerga-se nas entrevistas 1 e 2.



[Meus pais] era do município de Arraia, era do outro lado do Paranã, desse rio Paranã que passa aqui, e eles era de lá. E lá não chovia, né? Aí era muito difícil pra ter roça, as coisas de comer. E aqui, onde nós foi criado, era fácil. Naquele tempo, cê vinha, às vezes você queria ir morar num lugar, você ia lá, cortava uns pau, fazia um rancho e ia morando ali, caladinho, ninguém te tirava, ninguém mandava você ir embora, e foi isso que meu pai fez. E aí criou nós lá nesse lugar (Entrevistada 1).

Que a minha mãe mais o meu pai tinha uma casa, [...] era aquela casa de chumbada com palha, cê já [ouviu falar]? [...] Pau a pique. Na época era aquela - no começo, no começo - era aquela que cortava os paus, colocava assim, tudo juntinho, e aí você vinha com o barro [...] e com o capim, porque o capim dava a liga assim. [...] (Entrevistada 2).

Ademais, a principal atividade econômica desse grupo social é a agricultura familiar de subsistência, característica que hoje se encontra em declínio:

Era uma área em que as famílias plantavam, desde o arroz até a abóbora. Aqueles que não tinha a abóbora, trocava os alimentos. Então eu tenho uma abóbora, mas eu não tenho feijão, "ah vizinho, eu tenho um feijão, então bora fazer uma troca? Você me dá tanto, e eu te dou tanto nesse valor", que era, na época, o dinheiro. Era o que girava melhor, que era as trocas. Então essa época, era uma época que era mais Tinha um ponto de conhecimento que era a igualdade, né? Meio que não era o dinheiro vivo, mas ele sabia do valor, né? (Entrevistada 2).

Além do aspecto alimentar, as plantas do cerrado são utilizadas pelos Kalungas para fabricação de sabão, extração de óleos, entre outras necessidades cotidianas. Assim, a agricultura desempenha um papel central, representando uma forma de resistência, autonomia e preservação cultural. Uma das principais finalidades do extrativismo da flora também é o aproveitamento de suas finalidades medicinais, como foi percebido pela entrevista 1 e 4.

Aqui é o seguinte, tem uma raiz que se chama Milona. Meu pai falava que aquilo era um santo remédio pro fígado, né? Ele amarga pra caramba, né? [...] Se o intestino tivesse em perigo, é um tal de Riscado de Fogão, eu não sei como é que é, mas disseram que era com urina, eu não sei, eu nunca tomei não. Mas o que minha mãe fazia pra má digestão era o Olho da Bananeira e Pau Terra, entendeu? E o meu pai, ele era apaixonado na Milona né? Milona é o seguinte, é uma raiz, e é o seguinte, a gente sabe que aqui tem os depurativos de sangue aí que se chama, como é que é que fala? Eu vou lembrar o nome aí. Tem uns depurativos. Aqui tem muito, tem a Mama Cadela, tem a Maria Véia - que a gente chama -, Pulsar, entendeu? Então esses são depurativos, né? (Entrevistado 4).

[A Babosa] corta ela, limpa ela, tira todo aquele armário, lavadinha, só aquela melecona branca, e era muito. Aí mãe enchia uma cuia, que nós lá não tinha bacia, chamava era cuia naquele tempo. Aí enchia e levava pra por na cama pra deitar as pessoas em cima, aí curava. Era assim, minha filha, que curava pra lá. Eu mesma quebrei uma costela lá, curei com sumo. Até hoje eu tenho aqui ó. Que eu era muito cheia de coisa, eu subi em alguma coisa e caí de costa na ponta do toco assim, ele entrou e as costelas foi tudo pra dentro. Aí tomava sumo de Aroeirinha, que era um pau que chama Aroeirinha lá pro mato, né? E assim a gente curava. E pra cicatrizar, porque aqui começou por descer o lugar, inflamou, aí botava a meleca da Babosa, e o que nós chama óleo de pau, que aqui eles fala óleo de Copaiba, o pessoal da cidade fala óleo de Copaiba, que é o óleo de pau (Entrevistada 1).

Além dos saberes tradicionais de farmacopeia dessa população constituírem um verdadeiro patrimônio cultural de expressiva relevância para a humanidade, cabe ressaltar que



eles foram provenientes de uma extrema necessidade dessa comunidade de enfrentar graves crises na saúde, que acometeram sua população em diferentes períodos de sua existência.

Antigamente tinha muito sarampo, tinha muita catapora, e não tinha vacina, não tinha nada, né? Então morreu muita criança, criança assim, mocinha. Minha mãe teve uma gêmea, todas duas morreu com catorze anos. As duas, uma morreu numa semana, outra morreu na outra semana... Então, é assim, os remédios que fazia era chá caseiro (Entrevistada 3).

Por outro lado, Fernandes (2015) fala sobre as mudanças ocorridas na comunidade Kalunga desde o primeiro contato com pesquisadores acadêmicos há 30 anos, destacando as informações significativas, como a mudança nas construções das casas, diversificação das fontes de subsistência, acesso a serviços de saúde, educação, energia elétrica e transporte, além da presença da internet em alguns pontos do quilombo. Diante dessas mudanças, surge a pergunta sobre o que ainda permanece dos Kalungas. Responder a essa pergunta de forma satisfatória requer entrar no debate sobre as noções de populações tradicionais.

Porque a minha irmã me levou para lá [pra Brasília] porque eu não sabia que que era torneira, a água na torneira, eu não sabia. [...] Eu cheguei lá, ela falou assim, "vai tomar banho". Eu entrei para dentro do chuveiro, quando ela ligou o chuveiro, eu saí na carreira. Porque eu não fazia... E da onde cai essa água, né? Pelo amor... Água quente? Ave Maria, né? Então, aí eu fui aprendendo. Ela me deixou comer, ela morava num apartamento, os patrão dela não tinha filho, não gostava de criança, né? Eu fiquei dois dias com ela no quarto, do quarto pro banheiro, do banheiro pro quarto, os patrão dela não me viu. Aí depois, ela me colocou pra ir morar com a amiga dela, né, que aí eu ia morar com a amiga dela, uma senhora já, e aí eu fui, eu ia aprendendo fazer as coisa. Aprender a lavar uma louça direito, porque eu lavava do nosso jeito lá na roça, do rio, com areia, com sabão caseiro mesmo, né? (Entrevistada 3).

Houve um consenso nas entrevistas sobre o estranhamento experimentado pelos Kalungas ao terem seus primeiros contatos com o modo de vida urbano. A necessidade de mudança para uma cidade era recorrente tanto pela demanda de atender a escola, uma vez que o ensino era limitado dentro da comunidade, quanto de trabalho, também devido à escassez de oportunidades laborais. Além disso, frequentavam centros urbanos também para recorrer a outras necessidades, como serviços públicos gerais, que se concentram nessas localidades. Assim, suas experiências eram permeadas de inovações das quais não estavam familiarizados. Compreende-se, então, que se tratam de modos de vida diferentes, que tendem a se homogeneizar em detrimento das comunidades tradicionais. Outras manifestações identitárias que foram observadas nas entrevistas estão relacionadas a saberes, que muitas vezes são passados oralmente, mas que carregam uma importância de peso crucial para todas as pessoas no que diz respeito à formação de caráter. Apesar de terem sido brutalmente atingidos com perversidades e barbaridades dos colonizadores no processo de escravidão, esses sobreviventes fizeram questão de passar para as próximas gerações bons costumes e cultivar valores admiráveis entre seus familiares.

Por isso que eu falo, isso eu trago meus pais, né? Porque é o que eles ensinou: nunca desmereça, nunca faça coisa errada... Meu pai ele tinha as religião dele e a minha, né? E



nós somos religiosos. E ele falava: "nunca desmereça jamais com nada. O que vim pela frente, desde que não seja errado, não desmereça", né? Porque meu pai era assim, era aquela pessoa que não falava nada, ele era super fechado. Mas no dia que ele queria ensinar alguma coisa, cê tinha que sentar, e não era nem sentado, era em pé, né? Porque quando ele falava "vem cá", você já tava lá. E ele sempre falava isso, disse "não desmereça". Porque se a gente tá aqui nesse mundo, seja pra sofrer, seja pra se dar bem, mas a gente tem que ser forte (Entrevistada 1).

No decorrer das entrevistas, foram identificadas diversas situações de extrema violação de direitos. Neste estudo, nas categorias subsequentes, serão evidenciadas situações que demonstram, de maneira objetiva, quais são as falhas expostas do sistema que prejudicam de maneira assídua a vida dos quilombolas. Cabe ressaltar que a diferença dessa para as próximas análises é que, neste caso, a falha não está relacionada às faltas, mas à resistência desses povos na luta pela garantia de seu modo de vida.

4.2 "Eu não tive infância, até hoje não sei o que é brincar": o desamparo ao desenvolvimento da criança e do adolescente

Este tema aborda os problemas institucionais na garantia de direitos de crianças e adolescentes. Tais omissões abrangem as mais diversas instituições no âmbito da educação, assistência social, saúde, segurança, justiça, Conselho Tutelar, comunidade e família. Neste sentido, segundo Fernandes (2018, p. 152), "falar da infância é falar de uma rede de relações, é falar do lugar, do território, da comunidade, pois "se a história humana produz o espaço geográfico, as paisagens, os territórios e os lugares, são esses que possibilitam os próprios processos humanos" (Fernandes; Lopes, 2018 p. 50). Assim, ao abordar a temática da infância da população Kalunga, faz-se necessário considerar o contexto em que viveram durante essa faixa etária. Portanto, a Entrevistada 2 lembra como era a infância no contexto agrário: "Porque a gente veio de uma origem que, no caso, tinha muitos fazendeiros, né? Então eles eram bem rígidos, então as crianças eram bem domadas né, tinha que ser seguido à risca, e também não tinha muita oportunidade para as crianças".

Segundo Fernandes (2019), ao analisar a perspectiva histórica, em meados dos séculos XVII e XVIII, as crianças não eram vistas como um ser humano em desenvolvimento, senão como adultos em miniatura. Observa-se, a partir da fala acima, que essa forma de enxergar às crianças ainda perdurou durante por muito tempo, principalmente no meio rural, uma vez que a expectativa de comportamento das crianças era de que fossem contidas como adultos, ou, pior, "domadas" como animais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que: Art. 53 - "A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (Brasil, 1990). Portanto, Fernandes (2018) aponta que, pela questão da falta de escola na comunidade rural a partir do Ensino Médio, muitas crianças, ao chegar na adolescência, vão morar com parentes ou pessoas de classe média da



cidade para continuar os estudos. Isso ocorre também em Cavalcante, o que é confirmado nas entrevistas.

Aí os meus quatorze anos eu vim pra aqui [Cavalcante], né? Fiquei aqui um tempo pra estudar, né? Porque aqui a gente vinha pra estudar e ficava na casa das pessoas, porque os pais tinham que ficar lá na roça. Mas aí acontece que eu vim pra estudar e acabando não estudando. Aí eu voltei de novo. Aí meus dezoito anos eu voltei pra cá de novo. Aí comecei a estudar. Mas aí também não estudava, só trabalhava (Entrevistada 1).

Observa-se na fala acima a necessidade de jovens se deslocarem para a cidade na busca por acesso a educação, evidenciando a falta de oferta de ensino dentro da comunidade. Nas comunidades kalungas, as escolas costumam ofertar apenas até a 5ª série do Ensino Fundamental, como já assinalava Fernandes (2018, p. 156), "envolvem-se em deslocamentos diários de alguns quilômetros, muitas fazem o trajeto a pé, acompanhadas de outros colegas, até o local em que o transporte escolar as recolhe. [...] Para os moradores da área mais isolada, entretanto, não há transporte escolar".

Percebe-se, que há uma expectativa dos parentes sobre a presença dos jovens nos trabalhos domésticos. Além disso, o cenário que encontravam na cidade, ao concretizar a tentativa de recorrer ao ensino, era de desmotivação, conforme pode ser observado neste trecho, retirado da mesma entrevista, quando a entrevistada chegou em Cavalcante: "Aí um dia eu contei pra V., [...] aí ela falou 'ah, mas você tá fazendo o que aqui?', aí eu falei 'ah, eu vim porque eu queria estudar, dona'. Aí ela falou 'ah não, pode ir embora, que se você ficar aí cê vai morrer de fome'. Aí eu fui embora" (Entrevistada 1). Paralelo a isso, havia ainda a cobrança de patrões, uma vez que os jovens que chegavam aos centros urbanos tinham que recorrer a trabalhos domésticos para sobreviver e permanecer na cidade.

Há uma necessidade de um amadurecimento precoce por parte dessa população, que pôde ser observado ao longo dos trechos abordados nesta análise. Outra expressão dessa exigência de maturidade antecipada é observada em um relato de situação em que a Entrevistada 3, ainda criança, teve que cuidar sozinha de sua mãe, a qual veio a falecer, deixando-a órfã. Aqui novamente constata-se a ausência do pai nos cuidados com a esposa doente e com as filhas menores, não havendo alternativa a não ser a de atribuir à criança a responsabilidade de cuidar da mãe enferma, numa nítida imposição da lógica de papéis de gênero já na infância.

E a minha mãe, eu convivi com ela até durante meus 12 anos, né? Eu com 12 anos, eu cuidei da minha mãe. A minha mãe teve um problema de saúde, ela ficou só acamada, ela ficou um ano e oito meses, mais ou menos. E eu, uma criança, né? Eu cuidava da minha mãe. Eu levantava cedo, dava café na boca da minha mãe. Eu ia pro rio lavar as louças, lavava, voltava, ia lavar vasilha, lavar roupa. Chegava, ia no mercado - nem é bem mercado, era na prefeitura, que pelo estado de saúde dela, a prefeitura fornecia um litro de leite por dia, né? E assim, com a minha mãe, eu tinha o meu padrasto. Então, assim, meu padrasto não dava muitas coisas, né? (Entrevistada 3).

Quando falamos em maturidade antecipada, temos que levar em consideração que isso ocorre, primeiramente, quando jovens de 13/14 anos têm que mudar de suas casas, para, longe de sua família, tentar a vida na cidade para conseguir estudar. Nesta tentativa, elas passam a ser,



não mais dependentes de seus responsáveis, se não autônomas e encarregadas de suprir, sozinhas, suas necessidades – recorrendo, então, a atividades laborais. A partir desse ponto, observamos um fenômeno conhecido como amadurecimento precoce, no qual a maioria parece chegar de maneira desproporcional à idade biológica das meninas. Como resultado desse desequilíbrio, a gravidez na adolescência emerge como uma das consequências, ainda que essas jovens nem sempre acompanhem o ritmo de compreensão de seu forçado amadurecimento.

4.3 "Não tem trabalho pra todo mundo": A manutenção da mão de obra subalternizada

Neste tema foram abordadas as questões relacionadas às relações, tipos e condições de trabalho desempenhado pelos Kalungas e seus familiares, desde as gerações da época colonial até as atuais, bem como as mudanças que ocorreram nas formas de trabalho e as estratégias de sobrevivência usadas. Observa-se que, embora a instituição da escravidão seja considerada supostamente extinta, ainda persistem o modo de trabalho análogo à escravidão nessa população, revestido de nuances modernas, tendo em vista que aboliram os castigos corporais, as jornadas foram reduzidas, mas seguem exaustivas, e o serviço prestado passou a ser insuficientemente remunerado.

A escravidão, no entanto, foi gradativamente substituída pelo trabalho livre no decorrer dos anos 1800. Porém, no Brasil, a abolição significou a exclusão dos ex-escravizados das regiões e setores dinâmicos da economia, pois as possibilidades de inclusão socioeconômica dessa população eram extremamente limitadas (Theodoro, 2008). Apesar da escravidão ter sido abolida há mais de 135 anos, no decorrer das entrevistas foi possível perceber que essa relação se reedita ainda em tempos recentes.

A minha mãe é que falava que ela trabalhava demais, os outros botava ela pra trabalhar aí, era no sol a sol, junto com a minha avó, não foi na minha época. Diz ela que trabalhava junto com a minha avó, com a mãe dela, aí não recebia não. Às vezes ganha algum pratinho pra comer uma vez, diz ela. E olhe lá. De vez em quando apanhava ainda, se não fizesse o serviço bem feito, ou se ficasse sentado descansando debaixo de alguma árvore, apanhava mesmo. Era carregar pedra, carregar madeira, era tudo, era capinar de enxada, roçar, tudo (Entrevistada 3).

No trecho acima os participantes relatam que o trabalho desempenhado por eles atualmente, ainda que remunerado, continua sendo muito semelhante ao trabalho escravo realizado por seus ancestrais, tanto no que diz respeito às condições degradantes, quanto ao tipo de trabalho de grande esforço físico, ou seja, árduos trabalhos braçais. Portanto, um fator relevante observado nas duas falas anteriores é como o trabalho é priorizado em detrimento do estudo, o que perpetua a posição ocupada por esta população no mercado de trabalho e impede a ascensão. Apesar da relação de causa e efeito parecer clara, no sentido de que a escolarização seria a solução que possibilitaria uma melhoria na condição de vida, não se pode ignorar o fato de que a prioridade, evidentemente, é saciar as necessidades básicas de curto prazo, e que a educação configura uma solução de longo prazo. Outro ponto de atenção no que diz respeito à



manutenção desta posição subalterna e a saciedade de demandas momentâneas, é a relação dos trabalhadores com o álcool, como se observa na entrevista 2.

Na verdade, o meu pai trabalhava serviço braçal, tanto ele quanto ela [a mãe]. Porque a minha mãe, no caso, ele saía pro serviço, só que o meu pai tinha um vício muito grande, que até hoje ainda nunca conseguiu [superar]... Que era o vício da bebida. [...] E aí, meio que ele bebia as cachaça dele, e aí, no caso, a minha mãe tomava a responsabilidade da casa. [...] Uns [bebiam] acho que era pra, tipo assim, saciar as dores, né? Que trabalhava muita das vezes no campo, chegava cansado, vida difícil e eles falava "não, eu vou tomar uma que meu corpo vai relaxar", e nesse negócio do corpo relaxar, o que que acontecia? (Entrevistada 2).

Não foi necessário muito esforço neste estudo para que a temática do alcoolismo aparecesse como um dos catalisadores de diversos problemas a ele associados. Porém, não apenas o alcoolismo é um problema que gera repercussões negativas, como ele, por si só, pode ser compreendido como uma consequência de uma série de erros cometidos contra quem vem a desenvolver essa dependência. Assim, ao longo do estudo, esta temática apareceu em circunstâncias em que o uso abusivo desta substância não estava associado a momentos comemorativos, senão como anestésico para a carga de sofrimento que as pessoas tinham. É importante destacar também que as condições de trabalho estão diretamente relacionadas a este sofrimento, e, conseqüentemente, ao uso do álcool, conforme explicitado nos trechos acima. Essa dinâmica, que foi criada em resposta ao sistema imposto, ultrapassa gerações e acumula vítimas em todas as esferas que este problema alcança.

Sabe o que que respingou? Porque querendo ou não, a gente estava aqui conversando, e meio que virou um ciclo repetitivo. Porque a minha mãe sofreu, né? E aí, o que ela sofreu, no caso, que eu não gostaria que ficasse, que passasse, que virasse em gerações, aconteceu. Que eu achei que o meu marido não ia chegar ao ponto de ter o alcoolismo. Pois ele tem. Infelizmente ele tem o problema do alcoolismo. Então, a minha mãe sofreu de, tipo assim, ela tem que se desdobrar, ser uma em várias (Entrevistada 2).

Observa-se, ainda, que a mulher acumula uma sobreposição de desamparos e violências. Porque, embora homens e mulheres dividam o fardo dos trabalhos braçais no contexto rural, as mulheres também cumprem jornadas como donas de casa, esposas e mães. Viu-se de forma recorrente que homens usam abusivamente de álcool supostamente para "aliviar" o fardo do trabalho penoso, frustrações e traumas, desembocando em violência. Novamente, resta às mulheres sofrer as conseqüências nefastas desse alcoolismo. Como se não bastasse, ainda estão as questões relacionadas às relações conjugais, reprodutivas e de cuidados com a prole, muito mal distribuídas em papéis de gênero ditados pela sociedade patriarcal, que colocam uma vez mais as mulheres como únicas responsáveis pela sua sobrevivência e de seus filhos, sendo comum o abandono paterno.

4.4 "Por que estou sangrando tanto?": Omissões frente a integridade da mulher

A temática da mulher neste estudo abrange diversos aspectos, sendo necessário compreender que se vive em uma sociedade patriarcal na qual, de partida, já existe uma



predefinição de papéis sociais em que à mulher cabe a posição de inferioridade e submissão. Tal fato por si só já poderia ser caracterizado como uma adversidade. O problema é que isso foi naturalizado de tal forma, que se trata apenas do pano de fundo para as demais barbaridades que ocorrem em decorrência dessa convivência social. Partindo desse pressuposto, de que a mulher é inferior, ela é desvalorizada em seu trabalho, impedida de estudar e de ter sucesso fora do lar, (mal)tratada quando criança, tida como posse, submetida aos desejos do marido, além de sofrer diversos outros tipos de violência e negligência. Como se já não bastasse, a violência é ainda mais severa ao se tratar de uma mulher negra.

A violência contra as mulheres é um fenômeno histórico e complexo, cuja perpetuação está enraizada em estruturas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, e está intimamente ligada às desigualdades sociais e às relações de gênero (Barufaldi et al., 2017). Compreendendo que este conceito é complexo e pode ser manifestado de diversas maneiras, uma primeira camada, ao tratarmos da violência contra a mulher é a violência de gênero, em que a relação de poder que se estabelece entre os gêneros reforça a dominação masculina e repercute em consequências físicas, emocionais e psicológicas, principalmente nas mulheres. A entrevistada 2 citou em um trecho de sua entrevista como se manifestava esse tipo de hierarquia no contexto familiar: "[As mulheres da minha família sofrem] por serem escravizadas, e também por ser mulher. Porque naquela época a mulher era submissa ao seu marido, ao seu pai, ao seu irmão. Ela era submissa".

Ao analisar a violência de gênero, é importante destacar que uma de suas principais manifestações se dá por meio da violência contra a mulher (Araujo, 2008). "Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 35% das mulheres em todo o mundo são vítimas de violência física e/ou sexual perpetrada, em sua maior parte, por seus parceiros" (Barufaldi et al., 2017, p. 2930).

Os homens, vamos supor, eu cheguei aqui [na sua casa], a mulher só fazia um café se o marido chegasse e falasse assim "faz um café pra visita". Se o marido não mandasse e a mulher "ah, fulano, toma um cafézinho aqui", [ele respondia] "eu não mandei você dar café pra visitá, pois então agora tu vai apanhar". Era tipo assim. Acho que tratava a mulher tipo uma criança, que se fizesse coisa errada apanhava (Entrevistada 3).

[Se chegasse visita,] a mulher, ela não poderia vir, no caso, na sala, se tivesse um homem, não poderia. Ela tinha que fazer todo o preparo lá, e entregava para o marido, para servir aquela pessoa que estava lá. Ela não poderia vir na sala que nem nós estamos aqui comunicando (Entrevistada 2).

As falas acima evidenciam um exemplo de violência de gênero, em que as entrevistadas narraram como eram as relações conjugais dentro do ambiente domiciliar e como se estabelece a hierarquia social dentro da estrutura familiar. Dessa forma, percebe-se um cenário em que a forma moral/psicológica da violência, cotidiana é quase invisível por ser tão naturalizada no cotidiano das relações, configurando um fator que perpetua a transposição das estruturas abstratas de gênero (Pereira, 2013). Por sua vez, percebe-se, que as mulheres são equiparadas às



crianças, e que, portanto, também estão sujeitas a práticas educativas violentas, ou seja, mulheres e crianças são submetidas à tirania dos homens.

Assim, a violência contra a mulher é uma manifestação grave da desigualdade de gênero, produto das diferenças de poder. É uma violação dos direitos humanos, um fenômeno social que impacta, significativamente, no processo saúde-doença e na expectativa de vida das mulheres (Barufaldi *et al.*, 2017). Pela Lei Maria da Penha, a definição da violência doméstica e familiar contra as mulheres inclui “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006, art. 5 e 7). Dessa forma, o ambiente doméstico e familiar configura o maior perigo para as mulheres (Pereira, 2013), como se observa na entrevista 2.

A gente já tinha essa casa. [...] Aí o meu pai pegou e bateu na porta. [...] Quando ela [mãe] abriu a porta, ela já recebeu a dardada. A dardada que a gente fala é a porrada mesmo, assim, com um facão. A gente viu o facão. Eu era pequena, mas eu não esqueço dessa cena, brilhou. E aí a minha irmã, não sei, ela foi o anjo da minha mãe, que ela saiu da cama, de onde ela estava, aí colocou o braço, que ia pegar na cabeça da minha mãe. Aí já saiu sangue. [...] Quando ela viu todo esse processo, que a minha irmã sanguentando, derramando sangue até... [...] Aí ela viu tudo aquilo, aí saiu [da casa]. Ela grávida do meu irmão caçula, dele [...]. Aí ele arranhou um poste assim, que era o poste de luz, que eles tinham colocado recente, e ele rumou a minha mãe assim. [...] Ela saiu, porque ela viu que o trem ia ficar feio. Que ela cegou na hora pra proteger a menina que já estava cortada, ela entrou em atrito com ele. E aí pegou esse poste, bateu bem assim no rosto dela aqui, esse rosto aqui assim dela quebrou, assim, o osso daqui assim quebrou. E saindo sangue, sangue, sangue. Daí a pouco, quando ele bateu, as vistas dela escureceu. Aí ele conseguiu passar a rasteira nela e jogar ela no chão. Ela grávida do meu irmão caçula. Aí, pegou e eles entraram em atrito lá. Quando o meu irmão viu que o meu pai ia dar facãozada nela, ele pisou no facão. Só que o meu pai tinha mais força do que o meu irmão, né? [...] Aí puxou o facão, na hora que ele puxou o facão, puxou o facão com corte para cima (Entrevistada 2).

O trecho acima foi um dos momentos mais sensíveis de todas as entrevistas realizadas. Ao analisar dados brutos e estatísticas, nos distanciamos da humanidade dessas vítimas, da sensibilidade do tema e, principalmente, da dor e do sofrimento que essas brutalidades geram. Ouvimos essa história olhando no olho de quem, quando era apenas uma criança, assistiu seu pai tentar assassinar sua mãe, grávida, que havia rompido com o ciclo de violências por meio da denúncia dos abusos sofridos. Porém, sem o amparo da justiça, ela foi vítima de uma tentativa de feminicídio dolosa causada por um sentimento de posse de seu parceiro íntimo, pai de seus filhos. A vítima, nesse caso, sobreviveu, diferentemente de tantas outras. Dessa forma, observa-se que este fenômeno é recorrente e que há uma grande fragilidade da rede de atenção e proteção às mulheres em situação de violência. Resultados de estudos indicam que “o risco de as mulheres notificadas por violência morrerem por agressão foi maior do que na população feminina geral” (Barufaldi *et al.*, 2017, p. 2934). Isso revela que o desamparo às vítimas passa ainda por um processo de ilusão, ao passo que suas denúncias não repercutem em nenhum tipo de proteção, ou pior, as torna parte de uma estatística perversa de mortes previstas pelo sistema.



E aí, teve um policial que morava na outra rua, assim, atrás da gente. E meio que tipo, negando, sabe? Socorro para ela. [...] Ele tinha que limpar ela para não sujar o carro dele. [...] E aí eu não esqueço dessa cena, sabe? Dele falar que tinha que limpar todas as duas [mãe e irmã], porque, no caso, ia sujar o carro dele (Entrevistada 2).

Na história acima, a violação de direitos parece não ter fim. Primeiro, a mulher que era violentada por seu marido e recorreu à Lei Maria da Penha, conseguiu uma medida protetiva, no entanto, quando foi necessário que a lei fosse posta em prática, ela falhou. Ao invés de ser protegida pela justiça, conforme a lei estabelece, ela sofreu um atentado violento e quase foi morta. Para complicar ainda mais, quando era para ela ser protegida por um agente policial, a materialização da instituição encarregada de garantir a segurança da população, teve sua ajuda negada. Somado a isso, tem-se, ainda, a impunidade de seu agressor.

No que diz respeito à falha do policial, ao se aprofundar no motivo pelo qual ele negou ajuda, a Entrevistada 2 afirma que: "como a gente era muito, assim, fraco de condição, era um pouquinho discriminado, né. Um pouquinho não, muito, muito mesmo". Isso evidencia diversas facetas da discriminação, em que, neste caso, ocorreu devido a uma questão socioeconômica, como a entrevistada afirma ao explicar o que é "fraco de condição": "fraco de condição é que eu não tinha dinheiro". No entanto, ocorre também discriminação no que tange ao público mais afetado pelos malefícios da violência contra a mulher. "O perfil de mortalidade por agressão de mulheres vítimas de violência demonstra uma situação preocupante, sendo que as mais afetadas eram negras, de baixa escolaridade" (Barufaldi *et al.*, 2017, p. 2935).

Porque a maioria dos homens no Vão, todo mundo antigamente batia nas mulheres. O que eu estou falando para você, assim, porque, principalmente, parece que no Kalunga era mais. Entrevistadora: E você acha que tem alguma explicação? Para eles, os homens, terem esse comportamento? Entrevistada 3: Então, aí é que eu penso, gente, será que é por conta que talvez foi escravizado? Que se fizesse direito não apanhava, e se você não fizesse, apanhava. [...] E eu acho que deve ter aprendido com isso. "Ah se você não está fazendo do meu jeito, pois então peia". [...] E eles acham que eles eram o patrão das mulher quando chegava em casa, né? (Entrevistada 3).

Esse recorte mostra que a entrevistada dá ênfase à violência contra a mulher que ocorre dentro da comunidade Kalunga, que, em comparação com outros ambientes, é mais frequente. Como explicação, ela traz à tona os reflexos que a escravidão causou no comportamento dos homens negros que foram escravizados, uma vez que estes reproduziriam os atos violentos sofridos por eles em suas relações íntimas. Há pouca contribuição científica no que tange a essa temática, no entanto, é de comum acordo que as mulheres são oprimidas de modos diferentes, sendo necessário discutir gênero com recorte de classe e raça (Galvão, 2021). "Para refletir sobre o racismo é necessária a percepção das nuances de gênero que atravessam as mulheres negras, uma vez que elas são duplamente oprimidas pelo patriarcado e pelo racismo" (Galvão, 2021, p. 7).

Ele [o cunhado] falava pra ela [a irmã], ele falava "ah, se denunciar e eu for preso, quando sair eu te mato". [...] E aí, eu falei pra ela, "só que uma coisa eu te falo, se você voltar pro interior, ele não vai te dar uma chance de você correr não, ele vai te matar lá e você não vai ter o direito nem de abrir a boca, sequer para gritar". Ela não voltou mais pro interior. Ela não voltou mais pro kalunga. [...] Moram junto até hoje. Aí eu falei pra



ela, "ó, dentro da cidade, você apanha se você quiser, você não tem coragem de denunciar? Você grita. Que hoje vizinho chama polícia, vai lá, pelo menos livra você naquela hora" (Entrevistada 3).

O fenômeno da violência conjugal, familiar e doméstica é complexo e para compreendê-lo é preciso levar em consideração fatores tais como a pobreza, violência, gênero, classe social, nível de escolaridade e status ocupacional das vítimas (Narvaz; Koller, 2004). De acordo com Narvaz e Koller (2004), a família é essencial na transmissão de ideologias e na formação dos papéis sociais e conceitos de gênero. No entanto, quando a violência está presente, a família se torna um ambiente de risco, onde a violência é aprendida. A exposição de crianças a situações violentas, seja como vítimas ou testemunhas, ou a comportamentos violentos tolerados, reforça a normalização dos papéis de gênero e perpetua a subordinação das mulheres.

Assim, a transgeracionalidade da violência foi um fator relevante e ao observarmos este fenômeno nas relações familiares, uma mulher que foi vítima de violência e que não foi protegida, não sabe como lidar com a realidade que se repete em sua vida, uma vez que nunca denunciou sua própria história de abuso e se habitua a conviver com ela, como se o abuso fosse natural e esperado (Narvaz; Koller, 2004).

Vamos supor, o cara tira minha virgindade, né? Vamos supor, foi contra a minha vontade, eu não quis, talvez eu fiquei até com medo dele, não quero ele, mas não precisava saber isso da mulher, sabe? Cê tirou a virgindade dela? Pois então agora você é obrigado a assumir ela, tu vai levar ela para sua casa. E o cara fazia, mesmo ele tendo outra mulher. Ele era obrigado (Entrevistada 3).

A minha mãe foi vítima de abuso do meu pai também. O meu pai abusou da minha mãe. [...] Só que quando ela chegou, que falou para minha avó, a minha avó voltou com ela, entregou para o meu pai junto com a mulher dele. O que é que meu pai fez? Meu pai ficou morando com as duas mulher (Entrevistada 3).

Os relatos acima foram retirados da mesma entrevista, em que a Entrevistada 3 relata algumas situações de abuso. Ela destaca ainda durante a entrevista que sua tia-avó foi vítima de abuso de seu avô, sua mãe foi vítima de abuso de seu pai e sua irmã foi vítima de abuso de seu cunhado. Parece evidente, a partir do exposto, a complexidade envolvida na dinâmica da violência contra as mulheres, "entre elas as questões de poder, gênero, classe social, alcoolismo e transmissão de padrões abusivos de relação através das gerações" (Narvaz; Koller, 2004, p. 3).

Portanto, a responsabilidade de prevenção de uma gravidez, por exemplo, recai completamente sobre a mulher, e isso pode estar associado ao fato de que será ela quem arcará com as consequências fisiológicas caso haja a fecundação em uma relação sexual. Isso ficou explícito nas entrevistas, conforme pode ser observado nesse trecho retirado da entrevista com a Entrevistada 3: "Eu penso assim, tem homem que importa, já tem outro homem que não está nem aí não, ele não tá nem aí. Ele não quer saber se a mulher previne, se ele previne ou se não. E foi o que aconteceu comigo". Ela continua sua fala evidenciando que este homem, que não se importava se ela se prevenia ou não, foi o mesmo que negou a paternidade quando ela descobriu de sua gravidez:



Depois que eu engravidei e 'tanana', foi que ele veio falar que ele não queria ter filho. Só que por ele não querer ter filho, eu penso assim, ele sabia que, vamos supor, eu era uma criança, então ele tinha que ou comprar um remédio para mim ou então ele prevenir, não era? Por ele ser mais velho que eu. Mas aí, a partir do momento que eu engravidei, que eu falei, "estou grávida", ele sumiu. E assim mesmo, eu falei "estou grávida". Chutei, porque eu não sabia, não tinha teste, não tinha nada. Então, tem a data certa [de menstruar], se atrasar, a gente espera dez, quinze dia, se não vier, a gente começa a tomar os remédios da roça, se não vim, então tá grávida (Entrevistada 3).

As obrigações relacionadas às repercussões da reprodução humana, seja no intuito de prevenção ou de cuidados com a prole, tendem a recair sobre as mulheres, não sendo incomum o abandono paternal. A imagem da mulher ficou cristalizada, devido ao sistema patriarcal, como uma figura diretamente associada ao casamento e à procriação. Este engessamento utiliza-se do argumento do determinismo biológico e dos papéis sociais como normas que definem a função de existência da mulher, pois "ela é colocada como um elemento agregador imprescindível, sem o qual a unidade familiar não sobrevive" (Favaro, 2007). O homem, por sua vez, neste contexto, sempre encontrou dificuldade para separar sua individualidade das funções de pai" (Borsa; Feil, 2008, p. 3). Infelizmente, o abandono paterno é uma realidade do Brasil, que se ramifica como um problema amplo, cujo impacto não afeta apenas as crianças abandonadas, senão nas mães, que a partir desse abandono assumem toda a responsabilidade pela criança (Castro; Domingues, 2022).

E aí eu pensei, "gente, como é que eu vou criar minha filha?". Aí eu já pensei, falei assim, "se eu, que tinha irmã, tinha tudo, eu já sofri, imagina essa menina sozinha só comigo?". Porque se o pai já falou que não queria, cê acha que depois que essa criança nascesse ele ia querer assumir? Claro que não. Não ia, né? (Entrevistada 3).

Sueli Carneiro (2003) evidencia como a construção da subjetividade da mulher negra foi marcada pela desumanização e pela negação de sua condição como sujeito de direitos, o que resultou em sua sistemática exclusão dos espaços de poder, conhecimento e reconhecimento social. Para ela, essa violência não se resume a agressões físicas ou simbólicas, mas opera como um dispositivo de controle racial e de gênero, naturalizado por estruturas institucionais e culturais. Lélia Gonzalez (1988) complementa essa análise ao denunciar o racismo à brasileira como um mecanismo que, ao mesmo tempo em que nega o racismo, o perpetua por meio da exotização, da hipersexualização e da invisibilização da mulher negra. Ao cunhar o conceito de "amefricanidade", Gonzalez propõe uma revalorização das raízes africanas e ameríndias como forma de insurgência epistêmica e cultural frente à colonialidade. Já Nascimento (2006) amplia essa discussão ao pensar o corpo da mulher negra como território político e histórico, cuja presença nos quilombos e nas lutas de resistência revela não apenas uma participação, mas uma centralidade na construção de formas alternativas de existência. Para Nascimento, a mulher negra carrega em si a memória coletiva e o poder de regeneração social, sendo alvo de violência porque representa uma ameaça à lógica de dominação racial. Assim, essas autoras revelam que a violência contra mulheres negras não é episódica nem individual, mas um processo estruturante da sociedade brasileira.



Nota-se, a partir do exposto, que a omissão frente a integridade da mulher é uma questão que reverbera tanto em consequências físicas quanto emocionais nas mulheres. Portanto, reconhecer esse problema permite compreender as especificidades desses grupos e romper com a invisibilidade da realidade das mulheres, em que o olhar para essas questões com uma perspectiva interseccional é de extrema importância para evitar análises simplistas e superar a tentação de universalidade que exclui esse grupo social.

4.5 "Vai lá pra dentro": A violenta e silenciosa exclusão do racismo

Este tema trata das narrativas que expressam diferentes formas de racismo sofridas diretamente pelas participantes ou testemunhadas por elas. Esse tipo de violência apresenta nuances que vão da sutileza das palavras, a subjugação dos corpos, e todas essas expressões deixam cicatrizes profundas na identidade de quem as sofre. E essas circunstâncias denunciam o não cumprimento da lei que criminaliza a injúria racial e o racismo, sendo, portanto, um fator que merece destaque ao ser identificado ao ouvir a voz da população Kalunga. Este problema está não só como plano de fundo para todos os outros desafios discutidos, como é, também, a base que sustenta toda a cadeia de faltas relacionadas a essa população.

Segundo Theodoro (2008, p. 131), "a desigualdade entre brancos e negros é hoje reconhecida como uma das mais perversas dimensões do tecido social no Brasil". Ela é observada nos âmbitos da educação, saúde, renda, acesso a empregos estáveis, violência ou expectativa de vida, o que perpetua o status quo em que os negros são submetidos às piores condições (Theodoro, 2008). Os reflexos tangíveis desta discriminação foram observados ao longo deste estudo, porém, segundo Theodoro (2008, p. 135), "nem todos os mecanismos discriminatórios que operam em uma sociedade são atos manifestos, explícitos ou declarados".

Porque o que eu mais sentia é quando chegava assim no meio de gente, falava assim "vai lá pra dentro" [sussurro], aquela coisa caladinha, quando cê sabe que você tá incomodando. E a gente tinha que ir, né? E às vezes, eu sabia que tava errado e eu chorava, né? Que eu queria tanto ver, né? Porque queria ver. Às vezes, eu queria olhar pra pessoa que nem ocê, que nem ela aí, e não podia. Até pra conhecer as pessoas diferente de nós lá. Podia não, cê tinha que ir pra dentro (Entrevistada 1).

Segundo Theodoro (2008, p. 171), "a desigualdade racial, antes de ser o problema em si, é o resultado de processos diversos, nos quais o racismo e seus desdobramentos, o preconceito e a discriminação, destacam-se como fontes primárias". Ao estudar e determinar os fatores causais dessa desigualdade, é necessário levar em conta a herança do sistema socioeconômico escravagista, que não apenas subjugava os negros como escravos, mas também criava narrativas que justificavam a opressão e a exploração. Nesse sentido, Santos (2001) afirma que a "tese racista dos escravagistas chegava a entender que os negros eram desprovidos de inteligência e que nem mesmo alma tinham" (p. 6). Dessa forma, não há como discutir esta temática sem chamar a atenção para a questão gritante da segregação racial, seja de forma cognitiva, intelectual, espacial e/ou social.



Quando eu estudava, eu tinha dificuldade até pra sentar, né? Porque eu estudava mais J. Ela loirinha, né? Aí, como criança, ela queria sentar mais eu, e a professora não deixava. Porque eu era kalungueira preta, eu tinha que sentar num lugar e J. no outro. [...] E ali a gente era besta né, não sabia nada, né? Nem sabia que aquilo era porque a gente era preto, né? Agora, ruim quando a gente foi crescendo, que aí as pessoas falavam diretamente, né? "Não sua preta, você fica lá porque o lugar de preto é em tal lugar". Falei, é por isso que quando eu cresci, essas mesmas pessoas eu fiz questão de tá perto deles, pra poder bater de frente, e bato até hoje (Entrevistada 1).

O trecho retirado da entrevista acima relata como a segregação racial procedeu durante muitos anos no Brasil, em que havia, de fato, uma separação física dos grupos raciais. Mas, afinal, essa segregação ficou no passado? Segundo Santos (2018), uma das heranças da escravidão brasileira que mais durou, dentre todas as demais havidas no escravismo colonial no mundo, foi o exercício da superioridade exacerbada de quem tem algum poder sobre aquele que não tem poder algum. "A transição da escravidão para a liberdade ocorreu, assim, sem ter havido ações efetivas comprometidas com a extinção dos efeitos danosos do escravismo" (Santos, 2002, p. 32). Fica evidente que diversas características e comportamentos provenientes do regime escravocrata prevalecem na sociedade brasileira mesmo após 135 anos da abolição, como o trecho abaixo evidencia.

Aí eu peguei, liguei para minha irmã, comecei a chorar, eu falei "eu não estou gostando de ficar aqui, e eles me deixa com fome, e eles me chamam de Michael Jackson, e fala que meu cabelo é ruim, a tia me levou no salão e botou eu pra..." - que ela colocou a mulher pra cortar o meu cabelo, fora do espelho, né? Então cortou, tipo assim, baixinho mesmo, tipo A2, tudo A2 assim. Quase que raspou. [...] Aí eu fiquei muito chateada (Entrevistada 3).

Dessa forma, torna-se incomensurável o impacto do racismo nas instituições por ele provocado, uma vez que sua repercussão gera efeitos no âmbito da educação, trabalho, mobilidade social, acesso a bens e serviços, entre tantos outros.

Considerações Finais

Tomou-se a escravidão como o ponto de partida que inaugura todas as demais provocações, dado o seu caráter avassalador em todas as instâncias de existência de um povo, cujas injustiças lamentavelmente se reeditam ainda hoje, nas suas mais diversas formas de deliberado abandono e violência. Assim, resgato a pergunta que inspirou a realização deste estudo: Quais são as lacunas institucionais identificadas ao ouvir a voz da população Kalunga? Embora essa seja uma questão bastante discutida na literatura, este estudo teve o intuito de responder à questão não a partir do que se fala sobre os kalungas, mas permitindo que eles mesmos apresentassem suas narrativas em primeira pessoa. Assim, o intuito foi contrariar a injustiça epistêmica que exclui a contribuição de pessoas ou grupos da produção, disseminação e manutenção do conhecimento. Nessa direção, a pergunta de pesquisa foi legitimamente respondida, confirmando as perspectivas que assinalam para a ausência do Estado em populações quilombolas e apontam que, embora essa seja uma constatação amplamente



atestada, nada se faz, historicamente, para uma efetiva melhoria da dramática situação de abandono, violência e exclusão dessas populações.

A partir da cronologia presente nas narrativas das histórias de vida dos entrevistados, foi possível notar que houve uma mudança expressiva, embora insuficiente, na cobertura de políticas essenciais à existência digna de populações quilombolas, principalmente a partir da década de 1980. Essas melhorias coincidem com a abertura do país ao regime democrático e ao protagonismo de diversos movimentos sociais de luta por direitos humanos, capitaneados e fomentados pela Constituição Federal de 1988.

A implementação de importantes leis federais, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei Maria da Penha (2006), impulsionaram algumas medidas que visam a garantia de direitos de crianças, adolescentes e mulheres. Outras importantes iniciativas de leis federais voltadas para a diminuição das injustiças contra minorias negras foram a Lei 7.716, que define os crimes resultantes de preconceito racial (1989), o Decreto nº 4.887 (2003), que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos; o Estatuto da Igualdade Racial (2010); a Lei de Cotas (2012). Embora muitas dessas leis tenham sido promulgadas há décadas, elas nem sempre são respeitadas ou ainda não foram rigorosamente implementadas, havendo inúmeras falhas no seu cumprimento e na efetiva garantia dos direitos apregoados.

Nessa esteira, a primeira contribuição teórica deste estudo deriva da escolha metodológica de natureza indutiva e fundamentada, comprometida com a produção do conhecimento com base na centralidade das narrativas dos kalungas. Verificou-se que a transmissão oral da cultura dessas populações nem sempre possui registros que garantam a sua conservação e divulgação em outras esferas, além de estar sujeita aos efeitos nocivos da globalização e ao apagamento de suas tradições e costumes. Com isso, neste estudo foram registrados a riqueza, os saberes populares e as histórias de vida dos kalungas, no intuito de que não sejam esquecidos.

Outra contribuição teórica foi a denúncia de negligências institucionais que incidem sobre essa população e que merecem atenção de agentes públicos. Constatou-se que os flagelos neste trabalho não são inéditos, uma vez que diversos trabalhos realizados com essa população já evidenciam os mesmos problemas. Isso comprova a inação do governo diante dessas demandas não resolvidas. Vale reforçar que há ineficácia das políticas públicas vigentes, principalmente no que diz respeito à violência contra a mulher - mesmo que não tenha sido o foco deste estudo, foi suficiente para perceber que, além dos problemas identificados aqui já terem sido mapeados em outros estudos, e já ter havido esforço por parte do governo em solucioná-los, as alternativas não estão dando conta da complexidade do problema e clamam por mais atenção, ação e reformulações mais efetivas.

Embora seja consenso de que a escravidão seja considerada o período mais sombrio da história do ocidente, e mais dramático ainda no Brasil, último país do continente americano a



abolir a escravidão, torna-se fundamental reconhecer o impacto que o mesmo causou em populações inteiras e seus descendentes. Algumas políticas afirmativas no Brasil têm sido implementadas para corrigir essa dívida histórica, mas é necessário proceder a outras reparações, tais como na esfera psicológica, econômica, social e moral frente a essas populações historicamente oprimidas.

Por fim, conclui-se que as dificuldades institucionais praticadas desde o período colonial mantêm a população kalunga à margem dos direitos e conquistas sociais, perpetuando o ciclo de violência estrutural, racial e institucional. No entanto, vale reforçar, que apesar de todas as faltas que acometem essa população, diversas narrativas de resistência e de exuberante criatividade também enriqueceram este estudo.

Referências

ARAUJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicol. Am. Lat., México**, n. 14, out. 2008. Disponível em https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1870-350X2008000300012&script=sci_arttext. Acesso em 30 jun. 2023.

BARUFALDI, Laura. A.; SOUTO, Rayone M.C.V.; CORREIA, Renata S.B.; MONTENEGRO, Marli M.S.; PINTO, Isabella V.; SILVA, Marta M.A.; LIMA, Cheila M. Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2929-2938, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/rWPMHqtbdrdJmJrG5CL5MzC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 29 jun. 2023.

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. **Kalunga: povo da terra**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

BORSA, Juliane C.; FEIL, Cristiane F. O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão. **Portal dos Psicólogos**, v. 185, p. 1-12. 2008.

BRAGA, Ray. **Kalungas: comunidades quilombolas no coração do Brasil**. 1. ed. Porto Alegre [RS]: Buqui, 2019. [Recurso digital]

BRASIL. Lei 11.340 (Maria da Penha), de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 08 ago. 2006.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em 07 mar. 2021.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.



CASTRO, Marcelle G.; DOMINGUES, Amanda K. **Abandono paterno e sua influência na concepção de família**. 7 f., Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel – Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2022. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/238691/castro_mg_domingues_ak_tcc_fran.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 4 jun. 2023.

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessorias. **3ª Conferência Mundial contra o Racismo: conquistas e desafios**. Jornal Fêmea, v. IX, n. 104, 2001. Disponível em: https://universidadefeminista.org.br/jornal-femea/_trashed-13/. Acesso em: 24 set 2023.

CONCEIÇÃO, Maria Inês G. **Análise temática: como fazer análise qualitativa de dados qualitativos**. In: Eliane M. F. Seild; Elizabeth Queiroz; Fabio Iglesias; Maurício Neubern. (Org.). Estratégias metodológicas de pesquisa em psicologia clínica: avanços e desafios. 1ed. Curitiba: CRV, 2021, v. 6, p. 67-86.

DE PAULA, Elaine; NAZÁRIO, Roseli. Entre o quilombo e a educação infantil: o (não) lugar das crianças quilombolas na política educacional brasileira. **Poiésis**. Unisul, Tubarão, v.11, n. 19, p. 96 – 111, Jan/Jun 2017. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/4774>. Acesso em: 24 set 2023.

FERNANDES, Cecília R. **O que queriam os Kalungas? A transformação do olhar acadêmico sobre as demandas quilombolas do nordeste de Goiás**. Interações (Campo Grande), v. 16, n. 2. Jul-Dec, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-70122015216>. Acesso em: 24 set 2023.

FERNANDES, Maria Lidia Bueno. **Infância(s) entre o campo e a cidade: perspectivas das crianças quilombolas em Cavalcante/Goiás/Brasil**. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 56., 2018a, Salamanca. Estudios sociales: Memoria del 56.º Congreso Internacional de Americanistas. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2018. p. 150-158.

FERNANDES, Maria Lidia; LOPES, Jader Janer. **Território, cultura e educação: a configuração da infância em tempo/espaço outro**. Em Aberto, Brasília, v. 31, n. 101, p. 133-146, jan./abr, 2018. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.31i101.3517>.

FERNANDES, Jurimar Moreira. **Identidade e saberes sobre a infância Kalunga: o que dizem as crianças, jovens e anciões da comunidade Riachão de Monte Alegre Goiás**. 61 f. Monografia de Graduação – Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Tocantins, Arraias, 2019.

FU-KIAU, Kimbwandende Kia Bunseki. **Self-healing power and therapy: Old teachings from Africa**. Baltimore: Black Classic Press, 1991.

GALVÃO, Ianne. **Mapa da violência contra mulheres negras: reflexões sobre racismo e gênero na sociedade brasileira**. Revista de Direito, v.13, n.02, p. 1-17. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/11520/6633f>. Acesso em: 28 jun. 2023

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GUILLAUMON, Siegrid Guillaumon. **Turismo em territórios de grande densidade religiosa**. Organizações & Sociedade, v. 19, p. 679-696, 2012.



MAXQDA. **Software for qualitative data analysis**. Version 12. Berlin: VERBI Software – Consult – Sozialforschung GmbH. 2021. Disponível em: <http://www.maxqda.com/>. Acesso em: 06 out 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista USP, São Paulo, n. 28, p. 56-63, 1996.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. In: NASCIMENTO, Beatriz; PITTA, Fernanda; RATTIS, Alex (Org.). Beatriz Nascimento: textos, entrevistas e imagens. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 225-230.

NARVAZ, Marta G.; KOLLER, Silvia. Por uma pedagogia não-violenta: A questão do castigo físico como forma de disciplinamento. **Teoria e Prática da Educação**, v.7, p. 23 - 33, 2004.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães., V. A., Araujo, A. D. G., & Pimenta, D. A. O. **O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração**. Pesqui. prá. psicossociais, São João del-Rei , v. 12, n. 2, p. 466-485, ago. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/2454/1698. Acesso em: 09 set 2023.

O' DONNELL, Guillermo. **Democracia delegativa**. Novos Estudos. v. 31, n. 92, p. 25-40, 1991.

PAIVA, Marcelo C. **Entre a lembrança e o esquecimento: memória, história e patrimônio cultural afro-brasileiros**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 41, nº 88, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v41n88-05>.

PEREIRA, Bruna C. J. **Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras**. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13490/1/2013_BrunaCristinaJaquettePereira.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

QUEIROZ, Roosevelt B. **Formação e Gestão de Políticas Públicas**. 1 ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.

RODRIGUES, Marta M. A. **Políticas Públicas**. Coleção Folha Explica. São Paulo: PubliFolha. 2015.

ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. **Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil**. Revista Epos, Rio de Janeiro , v. 5, n. 1, p. 156-181, jun. 2014 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 jun. 2023.

SANTOS, Hélio. **Os dois brasis**. Revista Carta Capital – política, economia e cultura, Ano IX, Nº 216, pp. 29-36, 2002.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil. A trilha do círculo vicioso**. São Paulo: Ed. Senac, 2018.

SANTOS, Hélio. **Discriminação racial no Brasil**. PREPARATÓRIOS PARA CONFERÊNCIA In: SEMINÁRIOS REGIONAIS MUNDIAL CONTRA RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001. Brasília. Anais. Ministério da Justiça, 2001. Disponível em:



https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2008/10/discriminacao_racial_no_brasil.pdf.

Acesso em: 24 set 2023.

THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. 2. ed. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008. 180 p. ISBN 978-8578110130.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. *Temáticas*, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.



"HOJE EU TENHO SANGUE NA VEIA": RESISTÊNCIA KALUNGA FRENTE ÀS LACUNAS INSTITUCIONAIS

Resumo: Durante a escravidão no Brasil, os escravizados que fugiam formavam quilombos, comunidades isoladas. A comunidade Kalunga, localizada no norte de Goiás, dedicou-se à agricultura de subsistência. Este estudo investiga as histórias dos Kalungas, destacando as omissões institucionais que desde a origem os silenciaram. Utilizando o método etnográfico trazendo relatos de experiências da comunidade em Cavalcante e Vão do Moleque, foram realizadas entrevistas e registros de campo. Cinco temas emergiram: 1) "Não tem como esquecer de onde eu vim": A constituição dos Kalungas; 2) "Eu não tive infância, até hoje não sei o que é brincar": O desamparo ao desenvolvimento infantil e juvenil; 3) "Não tem trabalho pra todo mundo": A manutenção do trabalho subalterno; 4) "Por que estou sangrando tanto?" Omissões frente à integridade da mulher; e 5) "Vai lá pra dentro": A exclusão violenta e silenciosa do racismo. Após o relato de pesquisa de campo, conclui-se que as lacunas institucionais desde o período colonial mantêm os Kalungas à margem dos direitos e conquistas sociais, perpetuando a violência estrutural, racial e institucional.

Palavras-chave: Instituição; Políticas Públicas; Racismo; Quilombolas; Direitos Humanos; Brasil.

"HOY TENGO SANGRE EN MIS VENAS": LA RESISTENCIA DE KALUNGA ANTE LAS BRECHAS INSTITUCIONALES

Resumen: Durante la esclavitud en Brasil, los esclavos fugitivos formaron quilombos, comunidades aisladas. La comunidad Kalunga, ubicada en el norte de Goiás, se dedicó a la agricultura de subsistencia. Este estudio investiga las historias de los Kalunga, destacando las omisiones institucionales que los han silenciado desde su creación. Utilizando el método etnográfico, se recopiló relatos de las experiencias de la comunidad en Cavalcante y Vão do Moleque, se realizaron entrevistas y registros de campo. Surgieron cinco temas: 1) "No hay forma de olvidar de dónde vengo": La constitución de los Kalunga; 2) "Nunca tuve infancia, hasta el día de hoy no sé lo que significa jugar": El descuido del desarrollo infantil y juvenil; 3) "No hay suficiente trabajo para todos": La continuación del trabajo servil; 4) "¿Por qué sangro tanto?" Omisiones respecto a la integridad de las mujeres; y 5) "Ve hacia adentro": La exclusión violenta y silenciosa del racismo. Luego de informar sobre la investigación de campo, se concluye que las brechas institucionales desde el período colonial mantienen a los kalungas al margen de los derechos y logros sociales, perpetuando la violencia estructural, racial e institucional.

Palabras clave: Institución; Políticas Públicas; Racismo; Quilombolas; Derechos Humanos; Brasil.

"TODAY I HAVE BLOOD IN MY VEIN": KALUNGA RESISTANCE IN THE FACE OF INSTITUTIONAL GAPS

Abstract: During slavery in Brazil, escaped slaves formed quilombos, isolated communities. The Kalunga community, located in northern Goiás, dedicated itself to subsistence farming. This study investigates the stories of the Kalunga, highlighting the institutional omissions that have silenced them since their inception. Using the ethnographic method, bringing together accounts of the community's experiences in Cavalcante and Vão do Moleque, interviews and field records were conducted. Five themes emerged: 1) "There's no way to forget where I came from": The constitution of the Kalunga; 2) "I never had a childhood, to this day I don't know what it means to play": The neglect of child and youth development; 3) "There's not enough work for everyone": The continuation of menial labor; 4) "Why am I bleeding so much?" Omissions regarding women's integrity; and 5) "Go inside": The violent and silent exclusion of racism. After reporting on field research, it is concluded that institutional gaps since the colonial period keep the Kalungas on the margins of social rights and achievements, perpetuating structural, racial and institutional violence.

Key words: Institution; Public Policies; Racism; Quilombolas; Human Rights; Brazil.



RECEBIDO EM: 06 de julho de 2024
APROVADO EM: 09 de setembro de 2025
PUBLICADO EM: 22 de novembro de 2025

SUGESTÃO DE CITAÇÃO:

REAL, Mariana Conceição Corte; DECHANDT, Siegrid Guillaumon; RIVEROS, Jorge Luis Triana.
"Hoje eu tenho sangue na veia": Resistência Kalunga frente às lacunas institucionais.
Revista Espirales, v.9, e-location: e22828869121, 2025. DOI:
<https://doi.org/10.29327/2282886.9.1-21>

EDITORIA-CHEFE: Tereza Spyer e João Barros II

EDITORIA ADJUNTA: Besna Yacovenco, Marina Magalhães Moreira e Orlando Bellei Neto

EDITORIA EXECUTIVA: Orlando Bellei Neto

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO: Alessandra Renata de Melo Teixeira, Cibelle Burdulis da Motta e Marília Colombo

A REVISTA ESPIRALES É APOIADA E FINANCIADA POR: